

RESENHA DO ARTIGO INTITULADO “A SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL”¹

REVIEW OF THE TITLED ARTICLE “PUBLIC SAFETY IN BRAZIL”

Calebe Costa Campos²

Faculdade Processus – DF (Brasil)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2109273786135295>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8361-1058>

E-mail: Calebe.bsb@gmail.com

Resenha da obra:

GONÇALVES, Jonas Rodrigo Gonçalves; SIQUEIRA, Marcus Vinicius Barbosa Siqueira. A Segurança Pública no Brasil. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. Ano X, Vol.X, n.38, abr.-jun., 2019.

Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “A Segurança Pública no Brasil”. O artigo é de autoria de: Jonas Rodrigo Gonçalves; Marcus Vinicius Barbosa Siqueira. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”. Ano X, Vol.X, n.38, abr.-jun., 2019.

Palavras-chave: Resenha. Segurança. Política. Cidadania. Constituição.

Abstract

This is a review of the article entitled “Public Security in Brazil”. This article is by: Jonas Rodrigo Gonçalves; Marcus Vinicius Barbosa Siqueira. The article reviewed here was published in the journal “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”. Year X, Vol.X, n.38, Apr.-June, 2019.

Keywords: Review. Security. Policy. Citizenship. Constitution.

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “A Segurança Pública no Brasil”. O artigo é de autoria de: Jonas Rodrigo Gonçalves; Marcus Vinicius Barbosa Siqueira. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus

¹ A revisão linguística desta resenha foi realizada por Roberta dos Anjos Matos Resende.

² Graduando em Direito pela Faculdade Processus.

de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”. Ano X, Vol.X, n.38, abr.-jun., 2019.

Quanto aos autores do artigo, conheçamos um pouco acerca do currículo de cada um. Muito do que compõe a formação ou a experiência de um autor contribui para a reflexão temática dos temas aos quais se propõe a escrever. Conheçamos um pouco sobre cada autor.

O primeiro autor é Doutorando em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília (2019-2022). Mestre em Ciência Política pelo Centro Universitário Euroamericano/DF(2008). Especialista em Letras (Linguística): Revisão de Texto pela Universidade Gama Filho/RJ (2010). Especialista em Didática do Ensino Superior em EAD e em Docência na Educação Superior pela Fapesa/GO (2017). Especialista em Formação em Educação a Distância pela Unip/DF (2018). Possui Licenciatura em Letras (Português/Inglês) pela Universidade Paulista (Unip). Possui Licenciatura Plena em Filosofia pela Universidade Católica de Brasília (2002), habilitando-se também à licenciatura plena em História, Psicologia e Sociologia (Portaria MEC 1.405/1993). É autor e/ou coautor em 61 livros e/ou capítulos de livros publicados. Atualmente é professor universitário. É editor e revisor de periódicos. *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/6904924103696696>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4106-8071>

O segundo autor é Marcus Vinicius Barbosa Siqueira. cursando 9º Período de Direito na faculdade Processus. *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/8097318457599087>

O artigo é dividido nos seguintes capítulos: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, introdução, a segurança pública no Brasil, considerações finais, referências. No resumo do artigo consta:

A segurança pública é um direito de todos os cidadãos que estejam em território nacional. O objetivo deste artigo é analisar o cenário da segurança pública no Brasil. O exame dos critérios socioeconômicos e históricos que fizeram com que o país chegasse a esta situação caótica na área. A metodologia empregada para a realização deste artigo acadêmico foi a da pesquisa sistemática bibliográfica e análise de dados oficiais. A necessidade da reinvenção da política pública de segurança e de uma nova visão sobre o tema é de fundamental importância. A “Constituição Cidadã” deixou um vácuo sobre o tema, sendo tratado de forma superficial e insuficiente. A segurança pública é uma demanda social que carece de aparato estatal. (GONÇALVES, 2019, p.5)

O tema do artigo é “A Segurança Pública no Brasil”. Discutiu como problema principal a carência de planejamento e implementação de políticas

públicas efetivas de segurança. O artigo partiu da seguinte hipótese: “a necessidade da reinvenção da política pública de segurança e de uma nova visão sobre o tema”.

No artigo, o objetivo geral foi: “analisar o cenário da segurança pública no Brasil”. Os objetivos específicos foram: Verificar as causas do problema; bem como, apontar caminhos para soluções; e fazer uma avaliação do sistema jurídico que engloba a matéria, com as inclinações políticas de cada momento

A justificativa do artigo está na importância do Direito da segurança pública para a população, nos direitos de educação e saúde. O autor destaca que, apesar disso, a segurança pública no país é extremamente carente de planejamento, chegando a uma situação insustentável, que merece atenção urgente.

A metodologia utilizada para a realização do artigo acadêmico analisado foi a de pesquisa sistemática bibliográfica e a análise de dados oficiais. Na abordagem, o autor trata questões históricas, sociais, econômicas, políticas e jurídicas sobre o tema.

Os autores iniciam o artigo introduzindo os conceitos principais de segurança pública e como são abordados no Brasil. Nesse contexto, afirmam que segurança pública é um direito imprescindível de todos os cidadãos. Ao mesmo tempo que é pouco contemplada na Constituição Federal de 1988. Portanto, o artigo busca analisar as causas e discutir as possíveis soluções para o tema. Destaca que é difícil definir apenas uma causa para a criminalidade, pois há questões econômicas como a desigualdade social, bem como engloba questões sociais, culturais e históricas.

O artigo defende propositivamente que cabe ao Estado, com suas instituições a defesa da sociedade, com o dever de desenvolver ações que envolvem desde o planejamento, a fiscalização e a execução das políticas de segurança pública. Os autores ressaltam, todavia, que é fundamental que seja tratada da mesma forma pelos quatro âmbitos da federação: municipal, estadual, distrital e federal. Tal questão é difícil, principalmente na colaboração entre as polícias Federais, Civis e Militares.

Conforme os autores afirmam, há duas doutrinas sobre a maneira de abordar os problemas de segurança pública. Na primeira delas, o criminoso é visto como um inimigo que precisa ser combatido por meio de uma ideologia autoritária e agressiva. Essa é a abordagem visível na prática hoje, considerada errônea pelos autores. Na segunda doutrina, o criminoso é visto como um cidadão que deverá passar por um momento de exclusão da sociedade para ser inserido posteriormente nos valores desejados. Discorrem que esta seria a abordagem mais desejável, mas na maioria das vezes é descartada pelos gestores de segurança pública.

Para reforçar os conceitos abordados, Gonçalves e Siqueira trazem exemplos ocorridos nos governos de Rio de Janeiro e São Paulo entre 1995 e 1998. O primeiro estado utilizou a doutrina do combate, em que os policiais recebiam “gratificação por bravura” quando houvesse conflito armado contra o criminoso e o criminoso fosse morto. Como consequência, os autores destacam que a doutrina impactou negativamente, aumentando o número de mortes e de crimes. O estado de São Paulo adotou o PROAR (Programa de Acompanhamento de Policiais Envolvidos em Ocorrência de Alto Risco), em que o policial que se envolvia em confrontos armados era afastado com tratamento psicológico. Nessa situação, os autores destacam que a doutrina resultou na diminuição do número de conflitos, de mortes, bem como uma melhoria na saúde mental dos policiais.

A falta de preparo dos estados para a correta abordagem da segurança pública é um dos principais problemas que culminam no atual cenário de criminalidade, conforme os autores. Há uma forte dependência por intervenções de tropas federais, que evidencia a doutrina de combate. Além disso, o artigo destaca o surgimento de Milícias, como o resultado de má gestão e corrupção. Há pouco interesse do Estado em planejar uma política de segurança a longo prazo, visto que não garantem votos e muitas vezes não apresentam resultados rápidos. Conforme os autores: “A má gestão das políticas de segurança hoje constituem na maior ameaça ao Estado de Direito democrático ao qual o país adota, devido a sua crescente carga de tendências autoritárias” (GONÇALVES, 2019, p.11).

Os autores expõem alguns exemplos de ações públicas adotadas seguindo a abordagem desejada. Em 1993, o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, assina o Programa Mundial de Direitos Humanos. A partir disso, os autores de crimes passam a ser vistos como cidadãos que possuem direitos e obrigações perante a justiça. Outro ponto destacado pelos autores foi a criação do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), em 2002, para articular ações de prevenção e repressão da criminalidade do Brasil. No mesmo ano foi criado o FNPS, Fundo Nacional de Segurança Pública, para dar subsídio para as ações propostas. Como resultado, houve um aumento de 1000% em relação aos investimentos em segurança pública no país.

O artigo destaca a importância de um planejamento global de segurança pública, a partir de todos os níveis da federação. É imprescindível, conforme os autores, que as ações não sejam limitadas a um governo específico, mas cumpridas e mantidas pelos próximos governantes que assumam o poder. A implementação de novas políticas públicas, assim como qualquer mudança, exige um esforço adicional na aceitação e na manutenção das ações por parte dos executores e da sociedade. Porém, uma vez postas em prática, terão

benefícios extremamente significativos. Os autores concluem sua colocação afirmando que: “O livre exercício da cidadania é o pilar base para a implementação de uma política de qualidade, visando à equidade de direitos e à justiça” (GONÇALVES, 2019, p.14).

Por fim, nas considerações finais, os autores apontam caminhos para os problemas discutidos ao longo do artigo, sintetizando os principais pontos. Apontam que, para uma política de segurança pública de qualidade, deve haver uma integração e uma articulação entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Destacam a importância de amenizar a desigualdade social por meio de políticas públicas de inclusão dos grupos vulneráveis. E a importância de um planejamento global a longo prazo, que ultrapasse o imediatismo de impacto apenas no período eleitoral. De forma clara, os autores atingem seus objetivos traçando um panorama geral da segurança pública no país, destacando suas carências e apontando soluções de melhorias.

Referências

GONÇALVES, Jonas Rodrigo Gonçalves; SIQUEIRA, Marcus Vinicius Barbosa Siqueira. A Segurança Pública no Brasil. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. Ano X, Vol.X, n.38, abr.-jun., 2019.

Disponível em:

<<http://periodicos.processus.com.br/index.php/egjf/article/view/59>>. Acesso em: 15 out. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em:

<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Modelo de resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista Processus Multidisciplinar**. Vol. 1, n. 2, p. 04-07, ago. 2020. Disponível em:

<<http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/225>>. Acesso em: 03 ago. 2021.